

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1472269 - DF (2014/0191136-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : CONVER COMBUSTÍVEIS VEÍCULOS E
REPRESAÇÕES LTDA
ADVOGADOS : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(S) -
DF012330
RAQUEL DE CASTILHO - DF029301
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : JOSÉ LUCIANO ARANTES E OUTRO(S) - DF007853

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. TESE DE NULIDADE NO JULGAMENTO MONOCRÁTICO DA APELAÇÃO PELA CORTE DE ORIGEM, POR VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA SUBMETIDA AO COLEGIADO POR MEIO DE AGRAVO INTERNO. ENTENDIMENTO DESTES TRIBUNAL SUPERIOR. ALEGADA OFENSA À COISA JULGADA E À PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

2. Não merece acolhida a tese de violação do art. 557 do CPC/1973, com base na suposta impossibilidade de julgamento do Agravo de Instrumento, na origem, por decisão monocrática. Afinal, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, eventual vício quanto às hipóteses de cabimento da decisão singular fica convalidado pelo julgamento do Agravo Regimental ou Interno perante o Órgão Colegiado, sendo incabível o reconhecimento de nulidade. Julgados: AgInt no REsp. 1.709.018/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 2.8.2018; AgInt no REsp. 1.533.044/AC, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 2.2.2017.

3. A respeito da alegada impossibilidade de revisão dos cálculos, ante a consumação da preclusão e da coisa julgada, não é possível o conhecimento do Recurso Especial, uma vez que a parte agravante não indicou qual seria o dispositivo de Lei Federal violado, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF, por analogia.

4. Agravo Interno da Sociedade Empresária a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

